

## **A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES COMO FUNDAMENTO DA QUALIDADE DE VIDA**

### **SUSTAINABILITY AND DIMENSIONS AS BACKGROUND OF THE QUALITY OF LIFE**

**Antonio Sergio da Silva<sup>1</sup>**  
**José Gilberto de Souza<sup>2</sup>**  
**Antonio Cezar Leal<sup>3</sup>**

**Resumo:** O presente artigo pretende refletir sobre os elementos presentes na ordenação espacial urbana, permitindo incidir ao termo sustentabilidade como pluridimensional, algumas questões de qualidade de vida e ambiental, considerando a sustentabilidade em dimensões, cujos princípios transcendem entre si, como elos que dão clareza para a sustentabilidade, enquanto processo de interação dinâmica de elementos no espaço. A questão teórico-metodológica neste trabalho tem como referência que gnoseologia, metodologia e ideologia são elementos constitutivos das formas de representação da realidade humana nas múltiplas determinações que constroem o espaço. Compreende-se que não apenas a dimensão econômica, dadas às diferentes classes econômicas, acaba determinando os padrões sociais e de territorialização no espaço urbano, mas sim que outros elementos em diferentes dimensões são definidores desta diferenciação pela estrutura urbana, localização e uso do espaço, representados pelas forças hegemônicas na formação capitalista do espaço urbano. Portanto, considera-se que o equilíbrio sinérgico entre as dimensões da sustentabilidade, as quais expressam a dinâmica da condição real de vida dos sujeitos, encontra-se como fundamento da qualidade de vida, pois contribui para o entendimento das desigualdades, possibilitando a construção de políticas sustentavelmente igualitárias.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; dimensão, indicadores; qualidade de vida e ambiental.

**Abstract:** The present article intends to reflect about the presents elements in the ordering of urban space, allowing focus to the term sustainability as multidimensional, some issues of quality of life and environmental considering the dimension of sustainability whose principles transcend each other like links that gives clarity to the sustainability as a process of dynamic interaction of the elements in space. The theoretical and methodological issue in this work has as a reference that gnoseology, methodology and ideology are the constituent elements of forms of representation of human reality in the multiplies determinations that construct the space. So it is understandable that not only the economic dimension, due to the different economic classes ends determining social and territorialization patterns in the urban space, but other elements in different dimensions are defining of

<sup>1</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Goiás-UnU-Formosa. E-mail: antonio.sergio@ueg.br

<sup>2</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia. IGCE-Universidade Estadual Paulista-Rio Claro. E-mail: jgilbert@rc.unesp.br

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Departamento de Geografia. FCT-Universidade Estadual Paulista-Presidente Prudente. E-mail: cezarunesp@gmail.com

differentiation through urban structure, location and usage of space as well, represented by hegemonic forces in capital formation of urban space. Therefore it is considered that synergistic balance among the dimensions of sustainability which express the dynamic of people's real life, is the foundation of life's quality because it contributes for the understanding of urban space inequalities, enabling the construction of sustainable equality policies.

**Key words:** Sustainability, dimension, indicators, life and environmental quality.

### **Qualidade de vida e de ambiente sustentável: algumas considerações introdutórias para o espaço urbano**

O modelo de desenvolvimento que vem se perpetuando com fortes características de uma economia competitiva gerando, dentre outras coisas, desigualdades de poder, tem provocado inúmeras manifestações, principalmente devido ao distanciamento social e econômico entre grupos sociais e às visíveis possibilidades de finitude dos recursos naturais em todo o planeta. Nesse processo, o debate sobre o meio ambiente ganha corpo, não apenas em uma leitura dos impactos ambientais e seus efeitos prejudiciais à vida, mas principalmente no âmbito das condições locais de existência e reprodução social, apontando para a importância de discussão sobre o conceito de sustentabilidade. Um conceito que deve ser capaz de revelar as condições de qualidade de vida das comunidades, em que grupos se encontram em situações de segregação espacial e ou segregação ambiental, assim como questões de extrema pobreza, já observada em área urbana, como também em algumas comunidades rurais.

No espaço urbano se concentram demandas e reflexos dos problemas relativos à qualidade de vida e de ambiente e a procura por alternativas para os problemas em meio urbano, tem fomentado inúmeros debates acerca da sustentabilidade que, segundo Torres Jofré (2009),

una ciudad sostenible ha de sortear la capacidad depredadora del actual modelo económico imperante, que procura con fuerza eliminar todo vestigio del pasado bajo el argumento de simplicidad para un mejor futuro; ha de resolver la forma y el modo de consumo de cientos o miles de hectáreas anuales de suelo, de energía y de agua; ha de responder en forma eficiente a la creciente disposición de residuos; ha de evitar la concentración de la homogeneidad social como mecanismo de control, que segrega, especializa, y ataca al planeamiento con apologías a las políticas de gestión y facilitación de mecanismos económicos que excluyen y degradan el medio ambiente. (TORRES JOFRÉ, 2009. p. 06).

Assim, pensar a cidade sustentável, como sinaliza Torres Jofré, revela que tal conceito pode ser incorporado ao conceito de cidade saudável, uma cidade que ofereça qualidade de vida aos seus moradores, incorporando também ao conceito de gestão do espaço urbano como uma possibilidade de enfrentamento dos inúmeros problemas oriundos de uma estrutura de assentamento humano que, ao longo do tempo, vem depauperando os recursos naturais na medida em que a desigualdade se manifesta, revelando as contradições que se materializam pela

exclusão espacial, diante da diferença na distribuição dos recursos, quer sejam sociais, ambientais ou econômicos.

A formação do ambiente urbano assume problemas que, por vezes, são peculiares, cujos processos de resolução lhes são próprios, os quais demandam políticas e prioridades para o alcance de uma cidade saudável, a qual se apresenta por um desenvolvimento social, que tem a saúde e suas múltiplas determinações como centro de atenções, e envolve um movimento de luta por um estilo de desenvolvimento sustentável. (WESTPHAL, 2000, p. 42). Portanto, considera-se aqui uma cidade saudável como um equilíbrio sinérgico entre os sistemas urbanos de infraestrutura, serviços de saúde, de educação, instrumentos e aparelhos públicos, lazer, cultura, trabalho e renda, dentre outros, que ofereça qualidade de vida aos seus moradores, envolvendo desde aspectos físicos geográficos locais a elementos subjetivos como valores culturais. São aspectos ligados ao ambiente social de seus moradores, sendo necessário, portanto, discutir a qualidade de determinado ambiente considerando os valores inerentes àquela população.

Com o tema oficial intitulado “Nosso Futuro: Cidades Sustentáveis”, o III Fórum Urbano Mundial, realizado em Vancouver, em 2006, apresentou como contribuição o diálogo em torno do desenvolvimento urbano sustentável, pois considerando o mundo eminentemente urbano, o Fórum, segundo Antonucci et al. (2009), destacou-se por discutir a sustentabilidade urbana como processo âncora para as possibilidades de transformação social. Revela, portanto, a necessidade de ações como resposta a uma crise no ambiente urbano, advindo do desenvolvimento econômico dado a mobilidade do capital financeiro e industrial, da especulação econômica do espaço, desencadeando processos de exclusão e de marginalidade,

No aspecto das desigualdades de oportunidades de vida, Sposati (2000) considera a qualidade de vida como a possibilidade de melhor redistribuição - e usufruto - da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade. Quanto às questões ambientais, a mesma autora considera a sua qualidade como “a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade”. (SPOSATI, 2000, p. 27).

No debate sobre a qualidade ambiental na área urbana quanto ao disciplinamento do uso e ocupação do solo, torna-se importante perceber quais aspectos do meio ambiente contribuem na orientação aos diferentes usos do solo. Assim, o reconhecimento prévio dos impactos negativos das diversas atividades é importante no disciplinamento do uso do solo urbano, pois

as cidades cada vez mais são consideradas ambientes com baixa qualidade ambiental devido, em parte, à falta ou inadequado planejamento para minimizar os impactos relativos ao uso e ocupação do solo. Com isso, os estudos relacionados à qualidade do ambiente urbano podem subsidiar o planejamento a partir de informações que poderão gerar políticas capazes de tornar o uso e a ocupação do solo, nas cidades, menos impactantes ao meio ambiente, que deve ser relativamente equilibrado para melhorar a qualidade de vida da população. (LIMA e AMORIM, 2007, p. 2).

Enquanto segregação espacial das classes sociais em áreas distintas da cidade, para Villaça (2001, p. 142), diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da

metrópole. A essas condições de segregação, confere ao Brasil, nas palavras de Ermínia Maricato (2001), uma urbanização que não superou alguns traços coloniais como a concentração de terra, de renda e de poder. A autora considera a segregação ambiental como uma das faces mais importantes da exclusão social, pois a dificuldade de acesso aos serviços como infraestrutura, saneamento, drenagem, desencadeia nas populações maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, assim, a face mais visível e cruel ao caracterizar-se a qualidade de vida urbana é a exclusão social e a pobreza. (MARICATO, 2001, p. 217).

Dadas às contradições do capitalismo, o crescente distanciamento do nível de renda entre as classes sociais, as populações economicamente menos privilegiadas são as mais afetadas pelas condições ambientais, também ocorrendo pelo interesse do mercado imobiliário, por proporcionar a ocupação em áreas, algumas vezes ilegais ou sujeitas a riscos, como inundações e deslizamentos, sem acesso a serviços básicos, como água e esgoto, por vezes apresentando alta densidade populacional, pois, normalmente em áreas periféricas, as quais correspondem a um baixo preço da terra, e, assim, prestam-se a suprir as necessidades das populações de baixa renda.

Assim, o debate sobre a sustentabilidade da qualidade de vida vinculada à qualidade ambiental torna-se complexa enquanto espaço socialmente construído, pois “a configuração territorial tem uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais”. (SANTOS, 2006, p. 38-39). Nesse caso, a existência de um ambiente urbano sustentável vincula-se aos aspectos da organização social e as relações de poder, o que fortalece o aspecto sociopolítico no sentido das decisões e ações participativas junto aos sujeitos locais, representando uma das características essenciais para a determinação da qualidade de vida da população.

Pode-se arriscar a atestar que a grande maioria das cidades brasileiras apresenta, em diferentes escalas, um quadro em que se constata uma insustentabilidade em consequência da segregação espacial, dadas as desigualdades de oportunidades, à exclusão ao acesso aos instrumentos sociais públicos, mantendo comunidades excluídas, as quais acumulam desvantagens em diferentes aspectos que se manifestam, dentre outros, em riscos ambientais, conflitos e violência, com propensão a resultar na naturalização do processo de exclusão social e espacial.

Complementando a questão da qualidade ambiental urbana, enquanto impactos gerados pelas alterações do ambiente físico, para Grazia e Queiroz (2001, p. 11) tais impactos “não são homogeneamente distribuídos entre os diversos grupos da sociedade, sendo mais uma face a refletir a desigualdade social e a desigualdade de poder que os grupos detêm”. Ainda as autoras comentam sobre o saneamento ambiental, cujos serviços refletem as desigualdades sociais, pois “tendo sido historicamente alvo de acirradas disputas pela aplicação de recursos, resultaram em melhor qualidade de serviços nas áreas de residência das parcelas mais abastadas da sociedade”. (GRAZIA E QUEIROZ, 2001, p. 34). A esse acirramento de disputas, para Ribeiro (2009, p. 26) resulta na segmentação do tecido urbano referentes à hegemonia do capital financeiro na composição geográfica do espaço.

Embora o poder público seja considerado por Lojkine (1997, p. 193) como agente principal na distribuição dos equipamentos urbanos, encontram-se práticas espaciais diferenciadas na organização espacial que influenciam, segundo Corrêa

(2003, p. 35), em sua existência e reprodução. Observa-se então uma repartição territorial que para Santos (2007), esta repartição relaciona a renda com a posição do indivíduo no espaço “cuja localização determina a capacidade de produzir e de consumir”, vindo a refletir no acirramento de disputas por atendimento sobre as demandas sociais e ambientais no espaço, por sua vez cabe considerar que em determinados espaços urbanos a renda pode apresentar uma centralidade, mas os processos históricos de urbanização podem determinar processos ambientais desequilibrados para diversos grupos sociais. (SANTOS, 2007, p. 125-126)

As reflexões sobre a qualidade ambiental e qualidade de vida, colocam o ambiente urbano como centralidade no debate, como uma categoria de análise, como sendo o ambiente físico, social, político, cultural e econômico, no qual a sociedade majoritariamente realiza a reprodução da vida. Sposito (2003), neste aspecto, considera que:

na relação entre o urbano e o meio ambiente caberia como linha de raciocínio entender que se o ambiental é a síntese, ainda que contraditória, entre o natural e o social, o embate seria, antes, entre o social e o político, sendo a questão ambiental, nas cidades, uma das expressões mais completas desse conflito. (SPOSITO, 2003, p. 295).

As necessidades ambientais não estariam simplesmente relacionadas ao espaço físico do ambiente urbano, onde se encontra o bairro, a casa, o local de trabalho, considerando que as características afetam e determinam a qualidade, podendo ser negativamente, no sentido do adensamento urbano, ausência de áreas de lazer e espaços públicos, edificações precárias ou insalubres, dentre outros, ausência de arruamento dimensionado, da drenagem pluvial, da rede elétrica e de água tratada, da coleta de esgoto e de resíduos domiciliares. Desta forma, as necessidades ambientais estariam relacionadas a uma perspectiva que precisamente pode legitimar e ou transformar estas questões: o sociopolítico. (SPOSITO, 2003).

A natureza pluridimensional do construto da qualidade de vida no ambiente social urbano encontra-se, portanto, em observação sob os diferentes debates aqui mencionados, tais como em Sposati (2000), Maricato (2001), Lima e Amorim (2007), Ribeiro (2009), Grazia e Queiroz (2001), Santos (2007), Santos (2006), Sposito (2003), Lojkin (1997), Corrêa (2003) e Villaça (2001) em que percebem a qualidade de vida a partir da emergência das diferentes necessidades. Sendo assim, a realidade do acesso aos diferentes elementos necessários à qualidade de vida e de meio ambiente, em qualidade e quantidade de maneira equitativa sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos, culturais e políticos, pode fornecer aos indivíduos as condições necessárias para uma qualidade de vida desejável, em respeito à percepção em termos cognitivos e afetivos dos indivíduos, relacionados às suas experiências vivenciadas nos espaços em que vivem e produzem e ao qual pertencem.

Nesta perspectiva não significa dizer que as necessidades econômicas não são determinantes na qualidade de vida, mas que o sociopolítico coloca-se como dimensão ou dimensões importantes na medida em que permite ao cidadão construir representações acerca de seu sustento e de sua família, assim como do acesso às condições de melhorias de sua cidade, melhorias estas geradas pelas atividades econômicas no meio social, tais como disponibilidade de emprego com

salários dignos; condições de qualificação; geração, distribuição e equidade de renda, e, dentre outras, o investimento e gerenciamento público que contemple a distribuição de riqueza pública associada à equidade do serviço com qualidade.

Torna-se necessário desvendar o que se pretende por uma sustentabilidade que signifique contemplar a necessidade humana, de maneira que não se defina o sujeito social como trabalhador e consumidor, e que permita a equidade de acesso aos bens sociais produzidos, à educação, à saúde, à moradia, por fim, um desenvolvimento humano com equilíbrio e qualidade, que necessariamente precisam ser consideradas em um contexto social mais amplo para uma qualidade de vida digna e um ambiente saudável. Evitando, portanto, o agravamento das desigualdades sociais que, dentre outros, se estabelece por políticas que provocam o aprofundamento das diferenças, ameaçando a estabilidade da vida ao reduzir a proteção social das populações. A pobreza, naturalizada, passa a ser considerada como um problema quantitativo, apreciado em números e índices que provam a distância entre ricos e pobres e/ou entre grupos sociais.

Observa-se que historicamente, em decorrência dos debates sobre os problemas sociais e ambientais, em 1987 foi apresentado o Relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse relatório é apresentado o termo “desenvolvimento sustentável”, conceituando-o como sendo “o suprimento das necessidades das atuais gerações sem comprometer a capacidade das gerações futuras em atender as próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1988. p. 46). O Relatório tornou-se, então, a base para discussão e aprofundamento dos problemas vigentes, culminando com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro-Brasil, conhecida como Rio 92, posteriormente nos debates da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em Johannesburgo, África do Sul, em 2002, também conhecida como Rio+10, e, mais recentemente, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, apresentando dentre os objetivos, a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável e o tratamento de novos temas, alguns considerados emergentes.

Aos questionamentos enquanto as conflitantes ocorrências de condições de desigualdades sociais e econômicas resultantes do modelo de desenvolvimento industrial e financeiro, próprios da reprodução do capital, sinalizado pelo tripé produtividade-lucratividade-competitividade, Leroy et al. (2002) comentam sobre a dificuldade de conceituação existente sobre os termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, dada as disparidades em vários aspectos que o desenvolvimento proporcionou e ainda proporciona, pois, para os autores,

tanto o desenvolvimento que conhecemos quanto o desenvolvimento sustentável, como hoje está proposto, são frutos da apropriação do mundo material por parte de uma minoria que conseguiu impor sua vontade ao conjunto da humanidade. (LEROY et al., 2002. p. 18).

Surgem também questionamentos quanto às controvérsias conceituais em relação às questões de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável quando se vincula à prudência ecológica, em que para tais controvérsias, Cavalcanti (1998) menciona que

este crescimento, sob as formas em que é compreendido, conduz sempre a algum tipo de agressão contra o meio ambiente. Mesmo o conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório no sentido de uma contradição das próprias palavras se analisada sob a forma do comportamento humano que busca a acumulação de capital, provocando o esgotamento de recursos naturais não renováveis. (CAVALCANTI, 1998. p. 156).

Lazzarini e Gunn (2002) sustentam que a mudança de estilo de vida deve privilegiar a qualidade de vida, baseada no atendimento das necessidades básicas em aspectos culturais e espirituais, de maneira que se possam debilitar os aspectos materiais. Os autores consideram que os consumidores precisam estar convencidos de que quando fazem compras estão, de fato, exercendo uma responsabilidade social, política e moral que vai além de seus interesses particulares. (LAZZARINI e GUNN, 2002. p. 83).

Em verdade, a questão de fundo é saber se o adjetivo “sustentável” aplicado ao conceito de desenvolvimento não tem por objetivo dar uma sustentabilidade política para um modelo de produção baseado na acumulação e na subsunção do trabalho e natureza como mercadorias e presos a uma cultura de consumo. Neste aspecto, o discurso da técnica aparece como elemento que dá suporte ao projeto político de aceitabilidade social a um modelo claramente depredador. Portanto, é nesse sentido que quanto às dificuldades da pretensa sustentabilidade da vida humana, Acsehrad e Leroy (1999, p. 16) esclarecem que “a depender dos atores a que se referem os problemas, a sustentabilidade é abordada de modo bastante variável, pois a questão da sustentabilidade levanta desafios tanto aos formuladores de políticas e aos movimentos sociais, quanto à comunidade científica.” Os mesmos autores também comentam a desigualdade social e a degradação das próprias bases materiais do desenvolvimento. Para os autores, a sustentabilidade está ligada aos problemas da dinâmica social, como questões de justiça social, igualdade entre gêneros e participação política de atores locais, configurando assim, diferentes dimensões da vida em sociedade.

Considerando o termo sustentabilidade relacionado às demandas sociais, econômicas, ambientais, políticas e outras, as quais na organização social passam necessariamente a interagir, pois se encontram na reciprocidade presente entre dimensões, principalmente nas contradições sociais contemporâneas apresentadas, pois, para Santos (2003) são expressos em dimensões nos espaços urbanos, envolvendo classes sociais, em que

a posição social das populações mais diretamente atingidas pela globalização caracteriza-se pela desigualdade de oportunidades de vida, isto é, um acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais, as quais podem ser resumidas em oito dimensões: saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação e participação política. (SANTOS, 2003. p. 22).

As transformações sociais provocadas pelas intervenções econômicas contemporâneas têm apresentado rupturas estruturais das sociedades que as recebem, permitindo observar a reciprocidade entre as dimensões, em que Stoch (1998) observa essa interação salientando que se encontram entendidas em dimensão política, cultural, ética, sociopsicológica e mesmo étnica (no caso de

comunidades indígenas), sobretudo quando se trata de regiões menos desenvolvidas. (STROCH, 1998. p. 279).

Em relação aos amplos aspectos referidos, considerando propostas experimentais que permitam a sustentabilidade, Rohde (1998, p. 21) sugere que “a investigação das fronteiras das ciências, suas teorias e seus novos paradigmas emergentes constituem tarefa básica, premissa fundamental para determinar a nova visão de mundo necessária para realizar o pretendido desenvolvimento sustentável”. Cavalcanti (1998, p. 99) comenta que “o dever da ciência é explicar como, de que forma ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade”. Nesse caso, as abordagens pluridimensionais encontram-se como base de investigação sobre o que se pretende como sustentável, uma vez que a sustentabilidade está, necessariamente, vinculada às mudanças inovadoras para prover a qualidade de vida e qualidade ambiental, em observação às diferentes dimensões, como novas propostas de ações quanto aos modos que regem as atuais políticas sobre as necessidades humanas.

Assim, quando se aborda a sustentabilidade e seu significado, por um lado, há necessidade de maiores diálogos no envolvimento de amplos aspectos necessários para a sua realização. Por outro lado, são poucas as experiências que analisam a sua aplicabilidade, enquanto procedimentos que permitam um desenvolvimento humano com qualidade de vida e qualidade ambiental para todos.

Percebe-se então que os debates abordados por diferentes autores sobre a sustentabilidade mostram a incorporação de uma perspectiva pluridimensional que articule simultaneamente a economia, o ambiente, os aspectos políticosociais e culturais, dentre outros, para uma conceituação mais rigorosa no sentido de superar as propostas iniciais de desenvolvimento, baseado na produção, consumo e na acumulação, por uma cidade que se deseja como sustentavelmente saudável enquanto qualidade de vida e de ambiente aos seus moradores.

### **A concepção pluridimensional da sustentabilidade**

Ao termo “sustentabilidade”, como observado, vem recebendo críticas e propostas de esclarecimentos na atualidade, as quais propõem sinalizar alternativas às concepções de desenvolvimento da vida humana em uma amplitude de aspecto, cujas proposições abordam o envolvimento em diferentes dimensões que, ao ser compreendido como um processo dinâmico, as dimensões encontram-se de forma indissociável. Gadoti (2008, p. 76) comenta sobre o equilíbrio para a vida sustentável em que para o autor, “a entendemos como um modo de vida de bem-estar e de bem viver para todos, em harmonia (equilíbrio dinâmico) como meio ambiente: um modo de vida justo, produtivo e sustentável”. Portanto, sustentabilidade é o equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é a harmonia entre os diferentes. (GADOTI, 2008, p. 75).

Para Sachs (1993, p. 25-27), o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural. A pluridimensionalidade abordada por Sachs sinaliza diretrizes que devem, sobretudo, buscar soluções para o sistema como um todo, interagindo com as diferentes demandas quer sejam em aspecto ambiental, social, econômico, geográfico ou espaço-territorial, político e cultural. Torna-se, portanto, uma transdimensionalidade, ou seja, uma indissociabilidade que se configura como um instrumento de debate sobre as necessidades básicas advindas das práticas geográficas de um determinado grupo social mais pontual ou nas diferentes escalas geográficas. Tal

compreensão pode ser mais bem visualizada em Acsehrad e Leroy (1999), quando comentam a respeito da indissociabilidade em termos das diferentes dimensões que abrangem o termo sustentabilidade, em que para os autores,

o objetivo da sobrevivência ambiental tem que estar profundamente articulado com outros objetivos, entre eles a equidade, a justiça, a liberdade e a plena vigência dos direitos econômicos, sociais, culturais e políticos para o conjunto de cada sociedade e da comunidade humana. (ACSELRAD e LEROY, 1999. p. 48).

Assim, o debate e a prática sustentável apresentam-se também em propostas de novas relações sociopolíticas, principalmente nos espaços urbanos onde os resultados dos processos democráticos emergem da sinergia entre poder e sociedade na governança local, criando um processo mútuo de experiências e aprendizagem contínua e dinâmica. Nesse sentido, para Jacobi (2003) implica em

delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de corresponsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes [...]. (JACOBI, 2003, p. 195).

Leroy et al. (2002) consideram a importância do fortalecimento das organizações populares, sindicais e comunitárias. Para os autores, a redistribuição de recursos e de informações às instituições populares contribui para o aumento da capacidade de análise e para a tomada de decisão. Frey (2001, p. 116) percebe a “carência de investigações que aprofundem a dimensão político-democrática”, além de mencionar que essa dimensão representa um dos mais importantes fatores limitantes da implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável. Já Silva (2000, p. 9) percebe que o termo sustentabilidade, inicialmente vinculado à esfera ambiental, essa limitação foi extrapolada para os campos econômicos, sociais e políticos, expressando estreitos vínculos entre as abordagens. Assim, esses autores apresentam um diálogo que vincula a sustentabilidade aos problemas de dinâmica social, dados os fenômenos complexos, de forma que há indissociabilidade entre os vários aspectos e dimensões evidenciados.

Com a intenção de clarificar o entendimento do termo “sustentabilidade”, Silva (2000) analisou o grau de abrangência das teorias e princípios nas concepções apresentadas em diversas literaturas. Nesse sentido, a fundamentação sobre a existência de uma dinâmica pluridimensional sobre a sustentabilidade contribui para com a definição dos princípios básicos para a sustentabilidade.

Na análise apresentada pela autora, as características apresentadas resultam em uma proposta de base instrumental para os princípios da sustentabilidade, vinculados às diversas ações, comportamentos e espaços da vida humana, em particular no urbano, o que nos permite afirmar a existência de cinco dimensões de sustentabilidade que não se resumem a um fator de medida, mas, sobretudo de compreensão sobre a vida e as condições de resistência e de superação dos processos de segregação e da reduzida qualidade de vida e ambiente.

Considerando as dimensões da sustentabilidade como sinalizadoras para a qualidade do espaço urbano, para cada dimensão e ou princípio, em respeito ao direito à qualidade de vida e à consolidação de instrumentos de superação, as dimensões se pormenorizam como elementos que compõem a análise sobre o termo sustentabilidade que se apresentam em aspectos ambiental, social, econômico, cultural e político, podendo ser discutidos da seguinte forma:

- Dimensão Ambiental

A dimensão de ambiental da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que foi a mais negligenciada na elaboração de indicadores de caráter macroeconômicos, passou a ser simultaneamente aquela que mais saltava aos olhos do ponto de vista de suas marcas territoriais nos espaços urbanos e rurais, em que se materializa, dentre outros, nas reivindicações dos movimentos ambientalistas.

A perspectiva de preservação que sempre esteve vinculada à natureza, distante dos aspectos sociais, foi, em um primeiro momento, o apelo à percepção de que fatores de qualidade de vida não estavam vinculados exclusivamente a elementos econômicos e sociais, mas interagiam com aspectos da paisagem e da preservação.

Aos poucos se rompe com esta visão, um tanto dicotomizada entre preservação ambiental, o verde urbano e rural, como primeira natureza e os espaços construídos e transformados pelos processos produtivos industrial, de serviços e agrícola (natureza artificial), passando a se considerar o espaço geográfico como um campo de unidade que se produz a partir de uma ação humana fundamental, mediadora de sua existência: o trabalho<sup>4</sup>.

Considera-se, portanto, em dimensão ambiental, as inúmeras intervenções da sociedade na construção do espaço em que a prudência na utilização dos recursos naturais, tais como o solo, a água, dentre outros, sinaliza a importância de precaver as formas de ocupação em determinadas áreas suscetíveis a modificações provocando riscos diversos ao ambiente e à vida em um sentido amplo.

Em observação à sustentabilidade em dimensão ambiental, para Martins (2002, p. 173), considerando a degradação ambiental gerada por condições sanitárias insuficientes, a existência de poluição como consequência das ações da sociedade ou a ocupação em fundo de vale ou em área de risco geológico pondera-se sobre a necessidade de prevenção da poluição, à preservação da vida, à capacidade de carga dos sistemas, dentre outras questões. Nucci (1999, p. 73), em análise sobre o ambiente urbano e qualidade ambiental sobre as interferências decorrentes de adensamentos humanos, menciona o abastecimento de água e o seu esgotamento, o lixo, a poluição sonora, visual, a cobertura vegetal, os espaços livres, as áreas verdes, áreas de recreação, dentre outros, como importantes na determinação de avaliações desta dimensão. Portanto, tais interferências

---

<sup>4</sup> O espaço geográfico é campo, materialidade e representação da ação humana (trabalho). Trabalho no sentido amplo, não como simples ação mecânica sobre a matéria e sua reconfiguração como objeto (uso) e em determinado estágio da existência humana como mercadoria (troca), produtor e produto. Trabalho percebido como ação material e imaterial sobre a realidade e sobre si. "O trabalho visto na sua acepção ontológica de processo de formação do homem, isto é, de hominização". (MOREIRA, 2005, p. 96). O espaço se constrói a partir desta ação e somente desta, consolidando o homem como natureza que pensa. Assim não há como falar em natureza primeira, segunda ou artificial (espaço natural, espaço artificial). Esta última concepção mais reforça certa distância em compreender a concretude humana na produção da realidade. Distância esta construída pela ideologia capitalista, fazendo com que a produção passe a ser compreendida como um atributo da técnica e não do trabalho. O que se denomina de artificial é em essência resultado da natureza humana em seu mais contemporâneo exercício/experiência de ser. Artificializar, capacidade de tornar artificial, só pode ser compreendida conjuntamente a alienar (alienação), que produz efetivo distanciamento da consciência sobre a natureza e da ação transformadora que o homem exerce na produção do espaço geográfico (produção e reprodução social). (SOUZA, 2009).

mencionadas por Nucci contribuem como elementos indicadores que, postos em observação no tempo e no espaço, avaliam a qualidade ambiental.

Estas considerações ganham relevância na composição de um quadro de análise sobre a realidade do espaço urbano, em que tais interferências, ligadas à qualidade ambiental, encontram-se intrinsecamente ligadas à qualidade de vida dos sujeitos, os quais produzem o espaço. A manutenção da integridade ecológica por meio da prevenção das várias formas de poluição, a prudência na utilização dos recursos naturais, a preservação da diversidade da vida e do respeito à capacidade de carga dos ecossistemas são algumas questões trabalhadas por Silva (2000, p. 100), as quais colaboram para compor uma gama de propostas para a análise sobre a sustentabilidade em dimensão ambiental.

Torna-se relevante incorporar outras interferências que influenciam a qualidade de vida, considerando, por exemplo, a presença de drenagem urbana, as condições ambientais, tais como área sujeita a desmoronamento, a enchentes, dentre outros, cujas situações tornam-se constituintes de um quadro de qualidade de vida e ambiental. As interferências desses elementos, a depender de cada caso analisado, colaboram em sinalizar a segregação ambiental de grupos sociais locais.

Assim, a qualidade ambiental, a depender do espaço social a que se refere, mesmo na tentativa de conceber o máximo de citações sobre as interferências das ações humanas, essa dimensão pode ser avaliada pelas condições dos diferentes componentes ambientais que possam ser considerados como de interferência na qualidade da vida, quer na saúde física individual ou de grupos, no bem-estar social.

- Dimensão Social

Considerando as desigualdades sociais como um dos problemas urbanos, não é difícil constatar nas cidades as suas periferias desprovidas de serviços e equipamentos urbanos essenciais, denotando, assim, a exclusão de grupos sociais, cristalizando a injustiça social, dada a ausência de políticas de infraestrutura urbana, em que Bichir (2009, p. 76) considera a política de infraestrutura como papel fundamental na conformação do espaço urbano e na distribuição heterogênea de benefícios públicos entre os diversos segmentos da população e entre as diferentes áreas da cidade.

Portanto, compreende-se como benefícios sociais que o poder público tem como dever distribuir de forma equitativa a partir de políticas urbanas voltadas para as demandas da população. Assim, Satterthwaite (2004) menciona como metas sociais aplicadas às cidades, a habitação em um bairro com atendimento à saúde, à educação, dentre outras. Ainda para o autor, o conceito de sustentabilidade social “poderá ser considerado como sendo a sustentação das sociedades atuais e suas estruturas sociais”. (SATTERTHWAITE, 2004, p. 155).

Compreendendo a função social da cidade e as questões de urgência em ações públicas, Oliveira (2001, p. 8) menciona a “atuação do poder público para o atendimento das necessidades de todos os cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas”. Assim, torna-se necessária uma política de gestão em infraestrutura urbana com oferecimento de serviços e equipamentos urbanos que possam promover com qualidade a educação, a saúde, a assistência social, a segurança, o transporte, dentre outros, com equidade na distribuição local.

Ao analisar a cobertura dos serviços sociais urbanos nos domicílios mais pobres, avaliando o acesso à infraestrutura, Bichir (2009, p. 77) observou que em se tratando de calçamento, iluminação pública, transporte próximo, dentre outras

coisas, as coberturas são inferiores. Ao contrário, nos bairros residenciais das camadas de mais alta renda, quanto mais àquelas camadas de concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região, importantes equipamentos urbanos. (VILLAÇA, 1996, p. 7-8).

Nesse caso, em dimensão social, constitui-se como elemento predominante o princípio da “viabilização de uma maior equidade de riquezas e de oportunidades, combatendo-se as práticas de exclusão, discriminação e reprodução da pobreza e respeitando-se a diversidade e todas as suas formas de expressão”. (SILVA, 2000, p. 100).

Assim, o espaço é considerado como instância social assegurada por novos modelos de construção de forma equitativa, principalmente em se tratando do acesso a bens públicos, tais como as demandas surgidas de grupos sociais em desvantagem, podendo ser por escola, atendimento médico, pavimentação de rua ou por serviços de transportes, na busca de melhores condições de moradia. Esses e outros elementos sociais são pertinentes às análises junto ao monitoramento por indicadores de forma a contribuir em determinar as prioridades sociais para a qualidade de vida.

- Dimensão Econômica

Nas relações sociais presentes no espaço, o trabalho e renda encontram-se como fatores de importância diferenciando espacialmente grupos sociais, definindo também a qualidade de vida em dimensão econômica em que para Villaça (2001, p. 142), a segregação por classes sociais apresenta-se como a que domina a estrutura intraurbana.

Santos (2005) caracteriza o espaço-tempo da produção como o espaço-tempo das relações sociais, as quais produzem bens e serviços que satisfazem as necessidades. Para o autor, nas relações sociais encontra-se uma dupla desigualdade de poder “entre capitalistas e trabalhadores, por um lado, e entre ambos e a natureza, por outro”. (SANTOS, 2005, p. 306).

Ainda, na desigualdade de poder mencionada por Santos (2005) envolvendo a natureza, considerando os mecanismos de controle sobre os meios de produção e o trabalho como meio de transformação, e dessa transformação tem-se como resultado os bens materiais consumíveis, produzem-se também resíduos materiais, onde se entende a externalidade socioambiental como presente nas relações de produção de bens afetando o ambiente. Assim, observa-se que “as raízes da crise ambiental estão no fato de o capital considerar o meio ambiente como um bem livre, e os danos ambientais dos processos produtivos como externalidades”. (ACSELRAD E LEROY, 1999, p. 43).

Quanto à desigualdade de poder entre capitalistas e trabalhadores, a dimensão econômica da sustentabilidade, dada as condições enfrentadas pela grande maioria da população, não somente no Brasil, preconiza políticas de estímulo ao emprego com garantias de renda de forma suficiente ao orçamento mínimo familiar. Preconiza também estabelecer a diminuição das desigualdades de renda e de padrões de consumo, favorecendo uma distribuição mais equilibrada dos benefícios sociais gerados pela economia, contribuindo para a diminuição da pobreza. Para Silva (2000, p. 100), a sustentabilidade econômica, dentre outras coisas, preconiza a realização do potencial econômico que contemple prioritariamente a distribuição de riqueza e renda associada a uma redução de externalidades socioambientais, buscando-se resultados macrossociais positivos, por sua vez, nem sempre eficazes.

Essas premissas se ancoram na realidade de grupos sociais em que a pobreza se faz presente sendo acompanhada, segundo Torres et al. (2003, p. 99-100), pela concentração espacial e social, envolvendo desigualdade, separação e homogeneidade espacial. Ainda para os autores, esse problema também está ligado às políticas públicas, que deveriam ser criadas para melhorar a situação dessas pessoas.

Portanto, a suficiência orçamentária familiar, a ocupação, as condições de trabalho, a qualificação profissional, o direito trabalhista e previdência social, dentre outros, são de importância para a análise da realidade, considerando que apenas a renda familiar revela-se insuficiente para uma leitura da realidade econômica em termos de qualidade de vida e, assim, relaciona-los à não incomum segregação social, espacial e ambiental das camadas menos privilegiadas economicamente.

- Dimensão Política

Concebendo o espaço como social, concebemos também a participação da sociedade como fundamental para as tomadas de decisões sobre o que é comum a todos, em múltiplas dimensões, quer sejam ambientais, sociais, econômicas ou culturais. Os diferentes movimentos sociais existentes, ou seja, a sociedade quando informada e organizada, possibilita a participação e controle sobre as mudanças necessárias através de debates e de ações reivindicatórias, fomentando um processo político democrático de governar em diálogo.

Na diversidade de objetivos entre os movimentos sociais, encontram-se sujeitos ou grupos sociais que demandam por necessidades no bairro, na cidade ou na região, e buscam a participação em decisões coletivas sobre as políticas locais. As diferentes lutas por demandas, como por exemplo, os movimentos de luta pela terra, luta pela moradia, por instrumentos públicos no bairro, postos de saúde ou por melhores atendimentos destes, etc., caracterizam-se como movimentos que compõem os espaços de participação política dos sujeitos locais, cujas reivindicações “apontam para um mesmo sentido: para rupturas com um padrão societário autoritário, hierárquico, que atomiza as relações sociais e promove a exclusão social e política da maioria”. (CACCIA-BAVA, 1995, p. 162).

Os espaços de participação, tais como associação de bairro, conselhos municipais, foros de debate, o orçamento participativo, dentre outros, representam a pressão político-social exercida pela sociedade civil em querer ser ouvida e participar junto às decisões e ações locais, propiciando uma democracia participativa de forma delegada, no sentido de que todos possam assumir a corresponsabilidade pelas ações em melhoria da qualidade de vida nos diferentes aspectos.

Lopes (1994, p. 98-99), em análise sobre a cultura política, observa os sujeitos sociais como fonte de oferta de ideias, e destaca a aceção de representação política de delegação. Assim, observa-se a elaboração de Planos Diretores em alguns municípios, com abertura junto à sociedade civil, no sentido de compor um instrumento de gestão urbana em decisões compartilhadas.

Quanto à inclusão social e espacial da população marginalizada e a gestão democrática da cidade, Silva e Freire (2007) observam como referências fundamentais que ações e propostas de políticas públicas devem ser amplamente difundidas junto à população para permitir a divulgação dos instrumentos de direito à cidade.

Portanto, para a dimensão política sustentável, a partir da “criação de mecanismos que incrementem a participação da sociedade nas tomadas de decisões, reconhecendo e respeitando os direitos de todos, superando as práticas e

políticas de exclusão” (SILVA, 2000, p. 100), torna um processo democrático de gestão do espaço urbano como instrumentos de mudança na cultura política e social, assim como para o acompanhamento da prioridade da distribuição dos recursos públicos na produção do espaço de forma igualitária.

Contudo, dada a insuficiente cultura participativa entre os sujeitos locais, Sales (1994, p. 26) menciona a cultura da dádiva como a expressão política da nossa desigualdade social que sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais e configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação substituindo os direitos básicos de cidadania.

O estímulo à cultura participativa torna-se importante, pois envolve a sociedade em um sentido de corresponsabilidade, de compartilhamento, um aprendizado democrático por ações alternativas para a melhoria da qualidade de vida. Propostas de ações alternativas podem surgir em diálogo, por exemplo, junto à associação de bairro, ao sindicato e em demais espaços onde a sociedade possa discutir sobre sua melhoria de condições de vida. Sendo assim, sujeitos organizados em seus territórios são capazes de buscar soluções sobre questões de atendimento público, quer sejam em dimensão social, nos casos de exclusão espacial desses serviços, ou em dimensão ambiental igualmente no caso de exclusão de serviços ambientais, como drenagem, coleta de lixo e esgoto, e demais serviços, de caráter público não realizados.

- Dimensão Cultural

Silva e Shimbo (2001) acrescentam na estrutura teórica e conceitual para a sustentabilidade, a dimensão cultural como a promoção da diversidade e identidade cultural em todas as suas formas de expressão e representação, especialmente daquelas que identifiquem as raízes endógenas, propiciando também a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referenciem a história e a memória das comunidades. (SILVA e SHIMBO, 2001, p. 78).

No espaço, a cultura pode ser observada pelas ações e experiências que homens e mulheres exercem em convívio com as diferenças. Pode ser também observada nos aspectos do ser humano, nas particularidades, no modo de ser, dentre outros, nos modos de vida. Nesse caso, considera-se a cultura, segundo Claval (2007, p. 63), como “a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas (...)”. Portanto, tais conhecimentos, valores, técnicas e práticas estão representados no espaço por símbolos, significados e representações diversas que as pessoas atribuem e transmitem de geração a geração. Esses símbolos, significados e representações passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, projetam-se no espaço, constituindo-se como uma riqueza a ser recuperada e preservada.

A diversidade, a identidade cultural em todas as suas formas de expressão e representação contribui, sobremaneira, para uma leitura da construção do espaço, permitindo observar a presença dos espaços culturais, quer sejam religiosos, de festas populares ou mesmo as manifestações por preferências aos diferentes espaços e diferentes expressões culturais.

Moreira e Faria (2005) comentam que o debate sobre reforma urbana, o direito à cidade e à sustentabilidade, já começa a abrir os olhos para as expressões e manifestações culturais do território. Expressam os autores que a cultura entendida apenas como atividade artística não dá conta da complexa realidade, do local ao global. Assim, propor uma mudança social local não é mais possível sem considerarmos as realidades culturais.

Questões como patrimônios materiais e imateriais devem estar presentes nos debates sobre a qualidade de vida e ambiental, pois não somente o desenvolvimento econômico garante o desenvolvimento humano. A cultura das pessoas, suas vivências, conhecimentos e o imaginário individual e coletivo devem ser considerados na realização do sujeito social.

Chauí (1995, p. 82) comenta sobre como suscitar nos indivíduos, grupos e classes sociais a percepção de que são sujeitos sociais, e como a política cultural revela a cidadania cultural, a leitura das carências, privilégios e exclusões. A autora menciona o direito de acesso aos bens culturais, por meio dos serviços públicos tais como bibliotecas, escolas de arte, cursos, gratuidade em espetáculos, publicações de livros e enfatiza o direito à informação, sem a qual não há vida democrática.

Portanto, a dimensão cultural da sustentabilidade contribui para nos informar a qualidade de vida pelo exercício da cidadania cultural, como um direcionamento na investigação sobre o cotidiano das pessoas, seus espaços frequentados, a qualidade das ações públicas locais, pois a praça, o teatro, as festas religiosas e populares, dentre outros, fazem hoje parte das necessidades culturais cotidianas. Nesse caso, a oportunidade de frequência aos espaços culturais e às expressões diversas, deve ser socializada sem discriminação, de forma espacializada para que todos possam ter acesso igualitário, sem restrição a grupos.

Aos debates apresentados, observa-se presente uma relação entre as várias dimensões da sustentabilidade, o que nos leva a perceber uma pluridimensionalidade. Esta pluridimensionalidade encontra-se em um ponto considerado como crítico, envolvendo a dimensão econômica, em que Acsehrad e Leroy (1999, p. 42) percebem que cada atividade econômica pode apresentar uma abordagem parcial da questão ambiental a qual é subordinada, pois é seu recurso à lógica do capital. Ainda, considerando a dimensão cultural, Acsehrad e Leroy (1999, p. 22) sustentam que a necessidade de mudanças de concepções da sustentabilidade pode ser informada pelo olhar da cultura, das tradições, dos modos de apropriação do território, de significação e uso do meio ambiente natural. Nesse caso, tais considerações servem para compreender que, no caminho para a sustentabilidade da qualidade de vida e qualidade ambiental, devem-se considerar as diferentes necessidades a cada caso, a cada grupo humano.

Em relação aos diferentes interesses e à pluridimensionalidade na vida dos cidadãos, pode-se observar em Vieira (1997), onde subentende a presença pluridimensional da sustentabilidade, em que para o autor,

o desenvolvimento ou é sustentável, ou não é. Isto significa dizer que é um desenvolvimento ao mesmo tempo econômico, social, ambiental e cultural. Não há mais primazia da lógica econômica. Não há mais superministérios da área econômica colonizando os demais. É difícil imaginar os ministros da área econômica discutindo, em igualdade de condições, com os responsáveis das áreas social, ambiental e cultural, num Conselho Nacional, com participação da sociedade civil. Mas foi exatamente isto que foi aprovado na ECO-92. O desenvolvimento sustentável não é apenas meio ambiente, pois incorpora o econômico-social-ambiental-cultural numa estratégia integrada de desenvolvimento. (VIEIRA, 1997, p. 1).

As reflexões sobre a pluridimensionalidade pretendem colaborar junto às questões de qualidade de vida e qualidade ambiental, as quais estão orquestradas em dimensões, como elos que dão clareza para a sustentabilidade, enquanto

processo de interação dinâmica no espaço construído, quer seja na qualidade habitacional, na geração de emprego com dignidade, no ensino público e atendimento à saúde com qualidade, no respeito aos hábitos e costumes, na justiça social. Observa-se a pluridimensionalidade da sustentabilidade comentada por Silva e Shimbo (2006), que consideram que

a visão pluridimensional da sustentabilidade sinaliza diretrizes que devem, sobretudo, buscar soluções para o sistema como um todo, interligando as dimensões ambiental, social, econômica, política e cultural. Essa transdimensionalidade configura-se como um instrumento para o concílio das necessidades básicas e sustentáveis, pela necessidade de práticas sociopolítico-culturais junto à esfera pública. (SILVA e SHIMBO, 2006. p. 3.807).

Envolvendo o conceito de sustentabilidade nas várias dimensões, há a necessidade de desenvolver ferramentas que procurem mensurar a sustentabilidade em seus diferentes aspectos. Portanto, o aprofundamento do debate e da prática sustentável nos encaminha para as discussões sobre a necessidade de observar a utilização de métodos de mensurações para a sustentabilidade e de que forma vem sendo tratada, de maneira a configurar os diferentes interesses em também diferentes dimensões.

Considerando os aspectos teóricos apresentados em diferentes literaturas aqui analisadas, refletindo sobre os elementos presentes na ordenação espacial urbana, os quais incidem ao termo sustentabilidade como pluridimensional, ao pretender o alcance de um espaço urbano, uma cidade que se deseja como sustentável e que ofereça qualidade de vida aos seus moradores, não pretendendo esgotar o debate, observa-se o envolvimento de uma discussão sobre as interações entre as dimensões da sustentabilidade, dada a complexidade existente nos conceitos de qualidade de vida e de ambiente, os quais retratam a realidade de cada grupo societário, com suas características próprias, em seus diferentes territórios. É nesse sentido que como desafio em mensurar o que pode ser sustentável à qualidade da vida e ao ambiente urbano, torna-se necessário observar a diversidade presente em amplos aspectos, as contradições, dentre outras, a diversidade políticocultural como importantes fatores na construção de uma sociedade sustentável.

### **Considerações finais**

Compreende-se que não apenas a dimensão econômica, dadas às diferentes classes socioeconômicas, acaba determinando os padrões sociais e de territorialização no espaço urbano. Mas sim, que outros elementos em diferentes dimensões são definidores desta diferenciação pela estrutura urbana, localização e uso do espaço, representados pelas forças hegemônicas na formação capitalista do espaço urbano e na determinação de políticas públicas que objetivam cristalizar e ou superar as condições objetivas destes sujeitos sociais e que avançam, sobretudo nos elementos sociopolíticos capazes de engendrar novas práticas espaciais. Dentre os elementos centrais das desigualdades encontram-se também na construção de alteridade, resistência e transformação social (Política e Cultura), sinalizada pela validade do conhecimento em função do sujeito social cognoscente que reconhece o

seu meio, contribuindo na consolidação de uma efetiva sustentabilidade na qualidade de vida urbana.

Portanto, considera-se que o equilíbrio sinérgico entre as dimensões da sustentabilidade, as quais expressam a dinâmica da condição real de vida dos sujeitos, encontra-se como fundamento da qualidade de vida, pois contribui para o entendimento das desigualdades do espaço urbano possibilitando a construção de políticas sustentavelmente igualitárias.

## Referências

ACSELRAD, H; LEROY, JEAN-PIERRE. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: **Projeto Brasil Sustentável e Democrático**: FASE, 1999. 72 p. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, 1).

ANTONUCCI, D. et al. UN-Habitat: 3 décadas de atuação. **Revista de Arquitetura Arquitextos**. São Paulo, v. 09. n. 107. abr. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.107/56>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

BICHIR, R. M. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 24, n. 70. p. 75-89. Jun. 2009.

CACCIA-BAVA, S. Dilemas da gestão municipal. In: VALADARES, L.; COELHO, M. P. (Orgs.) **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1995. p. 161-190.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 153-174.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 9, n. 23. jan/abr. p. 71-84. 1995.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. [Trad.] PIMENTA, L. F. e PIMENTA, M. C. A. Florianópolis: Ed. UFSC. 3. ed. 2007. 453 p.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2003. p. 15-29.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, n. 9. p. 115-148. 2001.

GADOTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008.

GRAZIA, G; QUEIROZ, L. L. R. F. A sustentabilidade do modelo urbano brasileiro. In: GRAZIA, G. et al. **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. p. 11-81. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático 5).

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, 189-205 março. 2003.

LAZZARINI, M.; GUNN, L. Consumo sustentável. In: BORN, R. H. (Coord.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária**. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 67-86.

LEROY, JEAN-PIERRE; BERTUCCI, A. A.; ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; SCHIESINGER, S.; PACHECO, T. **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2002. 198 p.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. de C. T. **Qualidade ambiental urbana em Osvaldo Cruz – SP**. 2007. Disponível em: <[http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo11/089.pdf](http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/089.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2010.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. [Trad.] ABREU, E. S. São Paulo: Martins Fontes. 2. ed. 1997. 339 p.

LOPES, J. S. L. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas - Roger Chartier. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13. p. 97-113. 1994.

MARICATO, E. MetrÓpole periférica, desigualdade social e meio ambiente. In: VIANA, G. et al. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 215-232.

MARTINS, C. E. B. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos**. FEE. Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 171-188. dez. 2002.

MOREIRA, A.; FARIA, H. J. B. **Cultura e governança**: um olhar transversal para o município. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=19](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=19)>. Acesso em: 08 abr. 2005.

MOREIRA, R. Sociabilidade e espaço. São Paulo. **Agrarias**. N.2. p. 93-108. 2005.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988, 430 p.

NUCCI, J. C. Análise sistêmica do ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental Revista PUC-SP. **Ciências Biológicas e do Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 1. p. 73-88. 1999.

OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da cidade**; para compreender. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001. 64 p.

RIBEIRO, A. C. T. **Presentificação, impulsos globais e espaço urbano**. O novo economicismo. Le Monde Diplomatique. Brasil, 25 jul. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/05torres.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2011.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigmas e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 41-53.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. [Trad.] MAGDA L. São Paulo: Studio Nobel. 1993. 103 p.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25. p. 26-37. jun. 1994.

SANTOS, A. **A (difícil) relação entre Estado e sociedade civil**. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/artigo\\_interno.asp?codigo=106](http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=106)>. Acesso em: 18 jun. 2006.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 348 p.

SANTOS, J. V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, ano 54 – n. 01. p. 22-24. 2003.

SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2007. 307 p.

SATTERTHWAITE, D. Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (Orgs.). **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades**: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004. 422 p. p. 129-169.

SILVA, A. S.; SHIMBO, I. A dimensão política na conceituação da sustentabilidade. *Anais... XI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO*. Florianópolis. 2006. p. 3806-3815.

SILVA, C. A.; FREIRE, D. G. Participação social, gestão urbana e contribuições da geografia: em busca do humanismo concreto. **IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**. Porto Alegre. UFRGS. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/progse.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

SILVA, S. R. M. **Indicadores de sustentabilidade urbana**: as perspectivas e as limitações da operacionalização de um referencial sustentável. 2000. 260 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SILVA, S. R. M.; SHIMBO, I. Proposição básica para princípios de sustentabilidade. In: **ENCONTRO NACIONAL E ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**, 2., 2001, Canela, RS. *Anais...* Porto Alegre: NORIE/UFRGS, 2001. p. 73-79.

SOUZA, J. G. Limites do Território. **Agrária**. São Paulo. n<sup>os</sup> 10/11, 2009, pp. 99-130. Disponível em: <[www.geografia.ffch.usp.br/revistaagraria/revistas/10&15/LSouza\\_GJ.pdf](http://www.geografia.ffch.usp.br/revistaagraria/revistas/10&15/LSouza_GJ.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2011.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo/2000**. Dinâmica social dos anos 90. 2000. Disponível em:

<<http://www.cedest.info/mapas.html>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

SPOSITO, M. E. B. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS A. I. G. (Orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 358-363.

STROCH, P. Y. As ciências sociais na interdisciplinaridade do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 276-292.

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados** 17 (47). p. 97-128. 2003.

TORRES JOFRÉ, M. Índice de Sostenibilidad Urbana: una propuesta para la ciudad compleja. **Revista Digital Universitária**. Vol. 10. n. 7 - julio/2009. Disponível em: <<http://www.revista.unam.mx/vol.10/num7/art44/art44.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

VIEIRA, L. **Cidadania e sustentabilidade global**. 1997. Disponível em: <<http://www.lisztvieira.com.br/artigos-detalle.php?id=24>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

VILLAÇA, F. **A segregação e a estruturação do espaço intraurbano**; O caso do Recife. 1996. Disponível em: <[www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 373 p.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2000, vol. 5, n.1, p. 39-51.

*Recebido em 14 de fevereiro de 2012.*

*Revisado em 19 de março de 2012.*

*Aceito em 11 de julho de 2012.*